

## **Reflexões sobre a modernidade brasileira: inautenticidade ou singularidade?<sup>1</sup>**

### **Reflections on Brazilian modernity: inauthenticity or singularity?**

### **Reflexiones sobre la modernidad brasileña: ¿inautenticidad o singularidad?**

Artur André Lins<sup>2</sup>

Mateus Paula Leite Paz<sup>3</sup>

#### **RESUMO:**

Este ensaio visa refletir o problema da modernidade brasileira a partir de três movimentos: 1) primeiramente, com o objetivo de dialogar a tradição clássica da teoria social com os seus desdobramentos mais contemporâneos, propomos uma articulação teórica entre os autores Reinhard Bendix e Shmuel Eisenstadt, sobretudo naquilo que diz respeito ao processo de modernização; 2) posteriormente, pensando na possibilidade de compreender o modo pelo qual os modelos interpretativos sobre a modernidade se acomodaram no pensamento social brasileiro, propomos o diálogo entre Celso Furtado e Florestan Fernandes a fim de mapear os atributos da assim considerada modernização dependente; 3) por fim, o texto encontra o seu desfecho ao problematizar a inautenticidade e a singularidade do caso brasileiro à luz do diálogo proposto entre Jessé Souza e Sérgio Tavolaro.

**Palavras-chave:** modernidade; teoria social; Brasil.

**ABSTRACT:**

This essay aims to discuss the problem of Brazilian modernity through three main steps: 1) firstly, in order to dialogue the classical tradition of social theory with its more contemporary developments, we propose a theoretical articulation between the authors Reinhard Bendix and Shmuel Eisenstadt, especially as regards the modernization process; 2) later, thinking about the possibility of understanding the way in which interpretive models about modernity have been accommodated in Brazilian social thought, we propose the dialogue between Celso Furtado and Florestan Fernandes attempting to mapping the attributes of the so-called dependent modernization; 3) Finally, the text finds its outcome in problematizing the inauthenticity and singularity of the Brazilian case through the proposed dialogue between Jessé Souza and Sérgio Tavolaro.

**KEYWORDS:** modernity; social theory; Brazil.

**RESUMEN:**

Este ensayo tiene como objetivo reflejar el problema de la modernidad brasileña a partir de tres movimientos: 1) en primer lugar, para dialogar sobre la tradición clásica de la teoría social con sus desarrollos más contemporáneos, proponemos una articulación teórica entre los autores Reinhard Bendix y Shmuel Eisenstadt, especialmente en cuanto al proceso de modernización; 2) luego, pensando en la posibilidad de comprender la forma en que los modelos interpretativos sobre la modernidad se han acomodado en el pensamiento social brasileño, proponemos el diálogo entre Celso Furtado y Florestan Fernandes con el objetivo de mapear los atributos de la llamada modernización dependiente; 3) Finalmente, el texto encuentra su resultado al problematizar la inautenticidad y singularidad del caso brasileño a la luz del diálogo propuesto entre Jessé Souza y Sérgio Tavolaro.

**Palabras clave:** modernidad; teoría social Brasil

## Introdução

No dia 26 de abril de 2019, em sua conta no Twitter, o presidente Jair Bolsonaro, confirmando o que no dia anterior havia dito o Ministro da Educação Abraham Weintraub, sinalizou para o desinvestimento público nas áreas de Sociologia e Filosofia, alegando a urgência em se destinar recursos para áreas de maior retorno imediato, como as engenharias e a medicina. Hoje, inequivocamente, nos encontramos em um contexto de ataque às ciências sociais brasileiras, consideradas por muitos como um luxo ou mesmo uma inutilidade bacharelesca. Esta perseguição declarada, assim pensamos, deve-se ao incômodo gerado pelos diagnósticos científicos produzidos sobre a realidade social e as suas respectivas estruturas de poder e dominação, as quais, por sua vez, tendem a contar com o silêncio cúmplice dos que atualmente governam o país. As interpretações do Brasil, bem como as análises empíricas de temas afins, não constituem meras elaborações teóricas confinadas ao espaço acadêmico que as digere como fortuna crítica. As ciências sociais fazem parte do amplo movimento cultural responsável por desvelar a lógica de relações sociais e, sobretudo, por cristalizar “imagens de país<sup>4</sup>”, as quais balizam a auto-estima dos indivíduos e, conseqüentemente, orientam os projetos políticos a cada momento histórico particular. Olhando para o passado, pensamos o presente e nos localizamos no mundo. Por isso, queremos refletir o contemporâneo mediante o debate sobre a polaridade entre centro e periferia, ou entre colônia e metrópole, no seio do pensamento social brasileiro, que não cessa de expressar uma tensão constitutiva com os pressupostos normativos gestados a partir da experiência histórica chamada de “modernidade”. Por outro lado, nos voltamos para a assimilação crítica desses pressupostos situando o caso brasileiro entre uma hipotética inautenticidade e propalada

singularidade: haveria algo como uma modernidade brasileira?<sup>5</sup> Este ensaio visa refletir o problema da modernidade brasileira a partir de três movimentos: 1) primeiramente, com o objetivo de dialogar a tradição clássica da teoria social com os seus desdobramentos mais contemporâneos, propomos uma articulação teórica entre os autores Reinhard Bendix e Shmuel Eisenstadt, sobretudo naquilo que diz respeito ao processo de modernização; 2) posteriormente, pensando na possibilidade de compreender o modo pelo qual os modelos interpretativos sobre a modernidade se acomodaram no pensamento social brasileiro, propomos o diálogo entre Celso Furtado e Florestan Fernandes a fim de mapear os atributos da assim considerada modernização dependente; 3) por fim, o texto encontra o seu desfecho ao problematizar a inautenticidade e a singularidade do caso brasileiro à luz do diálogo proposto entre Jessé Souza e Sérgio Tavolaro.

## **Modernidade e Modernização**

É comum encontrar nos livros introdutórios e nos manuais de sociologia a narrativa mais ou menos estabelecida segundo a qual a disciplina científica dedicada ao estudo do “social” surge em meados do século XIX justamente para responder a uma necessidade intelectual ímpar: compreender as abruptas e abrangentes transformações pelas quais as modernas sociedades ocidentais passavam (MARTINS, 1994; DEMO, 2002; BERGER, 2001; MILLS, 1975; GIDDENS, 2011). Os processos de modernização, industrialização e urbanização, compreendidos enquanto desenvolvimento das estruturas sociais solapadas por revoluções políticas, econômicas e culturais, se encontram, por assim dizer, no bojo da matriz disciplinar sociológica tais como se fossem objetos-alvo e ideias-força. Nesse sentido, o estudo

da ordem social em mudança não é apenas um tema clássico, mas constitui na problemática fundadora da própria sociologia. Enquanto desdobramento do programa cultural da modernidade<sup>6</sup>, sujeito e objeto do mesmo processo histórico, a sociologia visou despertar o esclarecimento das condições de possibilidade da própria modernidade.

Exatamente por este perfil historicamente determinado, uma vez que as principais abordagens teórico-metodológicas foram forjadas mediante condições sociais específicas, coloca-se o problema acerca da universalidade dos conceitos para dar conta das múltiplas singularidades históricas. Nesse sentido, um autor fortemente marcado pelo quadro referencial weberiano, Reinhard Bendix (1996, p.35-36), argumenta que:

A crença na universalidade dos estágios evolutivos foi substituída pela compreensão de que o momentum dos eventos passados e a diversidade das estruturas sociais conduzem a diferentes caminhos de desenvolvimento, mesmo quando as mudanças tecnológicas são as mesmas. [...] As mudanças sociais e políticas das sociedades europeias forneceram o contexto no qual os conceitos da moderna sociologia foram formulados. Quando nos concentramos atualmente nos problemas de desenvolvimento no mundo não-ocidental, empregamos conceitos que possuem uma derivação ocidental.

Para lidar com o dilema supracitado, duas alternativas são vislumbradas: será necessário construir um quadro categorial completamente inédito capaz de abarcar realidades históricas díspares ou então uma revisão das categorias já familiares à teoria social clássica terá de ser feita considerando a multiplicidade e a ambivalência das várias experiências históricas tidas por “modernas”. A segunda opção, mais diplomática, visa preservar

os esforços envidados pela sociologia clássica no sentido de formular paradigmas conceituais e metodológicos que historicamente subsidiaram a atividade intelectual da disciplina. No entanto, mesmo retendo o cânone cognitivo ocidental, consideramos que apontar para as suas insuficiências e questionar a sua exemplaridade corrobora ao clássico objetivo de adensar o conhecimento científico sobre a realidade social, complexificando, desse modo, os nossos próprios modelos interpretativos.

Industrialização, modernização e desenvolvimento, conceitos utilizados para denotar um conjunto de transformações que marcam o período histórico da modernidade, possuem validade para a determinação de processos que ocorrem em contextos distintos. Dessa forma, industrialização refere-se ao avanço do modo de produção econômico em que o emprego da pesquisa científica orientada para o progresso técnico, alinhado a uma nova configuração entre relações de produção e forças produtivas da sociedade, apresenta características concretas do ponto de vista da divisão social do trabalho e da organização social. Concomitantemente, modernização refere-se às mudanças sociais e políticas que desdobraram no processo de urbanização, desenvolvimento educacional, bem como na reorganização da estrutura ocupacional e da mobilidade social. Desenvolvimento, numa acepção restrita e do ponto de vista da sua promessa, seria o resultado do processo de industrialização conjugado à modernização social e política capaz de auferir autonomia relativa a uma unidade social em face das demais (BENDIX, p. 39-40).

Para além dos atributos mais propriamente infraestruturais colocados pelo processo de modernização, também importa aquilo que o sociólogo israelense Shmuel Noah Eisenstadt (2010) nomeia como programa cultural da modernidade. Trata-se, nesse

caso, de compreender as transformações normativo-valorativas que balizam determinada visão de mundo. Simultaneamente ao processo de autonomização das distintas esferas sociais, seguindo os rastros do argumento weberiano<sup>7</sup>, a compreensão a respeito da qual as sociedades modernas tenderiam a uma complexificação e diferenciação social se justifica, por um lado, pela separação entre Estado e sociedade civil, e, por outro, pela separação entre a lógica do que é público e a lógica do que é privado. Isto é importante do ponto de vista da institucionalização do moderno Estado-nacional enquanto comunidade política movida pelo exercício da autoridade público-burocrática, conforme o paradigma da dominação racional-legal. Por consequência, o avanço da esfera legal-laica e o predomínio do paradigma científico, índices da secularização em curso, expressam uma nova forma de compreender a agência humana, na qual a racionalidade instrumental orientada para a dominação dos fatores naturais e ambientais demarca o corte ontológico da “cultura”, o domínio do relativo referente ao qual a mudança social é obra de projeto coletivo em constante formação (*bildung*) (BENDIX, 1994; EINSENSTADT, 2010; TAVOLARO, 2005).

Para os propósitos do argumento levado a cabo por este texto, convém enfatizar uma antinomia frequentemente propagada sobre a relação entre tradição e modernidade: tais conceitos seriam antípodas, afinal? É comum associar o pré-moderno enquanto aquilo que é tradicional, mas seria a modernidade completamente desprovida de tradição? A ruptura ensejada pelas revoluções políticas, econômicas e científicas que caracteriza a modernidade não deixaria margem para a permanência de padrões de sociabilidade passados e culturalmente enraizados? Do ponto de vista sociológico, evidentemente, a compreensão da exclusão mútua entre tradição e modernidade é simplesmente

equivocada. A este respeito, Reinhard Bendix (1996, p. 43) diz:

Ou seja, as estruturas e atitudes sociais persistem muito tempo depois que as condições que as originaram desaparecem, e essa persistência pode ter consequências positivas e também negativas para o desenvolvimento econômico, como enfatiza Schumpeter. Consequentemente, nosso conceito de desenvolvimento deve englobar não apenas os produtos e subprodutos da industrialização, mas também os vários amálgamas de tradição e modernidade que tornam todos os desenvolvimentos “parciais”. [...] A industrialização e seus correlatos não são simplesmente equivalentes ao surgimento da modernidade à custa da tradição, de modo que uma sociedade “inteiramente moderna” carente de qualquer tradição é uma abstração sem sentido.

Do trecho acima citado, será conveniente reter a ideia de que determinadas estruturas sociais, entendidas enquanto padrões de sociabilidade, persistem historicamente mesmo após o desaparecimento das instituições e condições sociais que lhes deram origem. A ideia de que não existem sociedades inteiramente modernas, considerando o equilíbrio de contingências relativo a cada contexto particular, bem como a compreensão de que todo e qualquer desenvolvimento é, em alguma medida, parcial, considerando a diversidade dos amálgamas possíveis entre padrões tradicionais e modernos de sociabilidade, constituem em premissas por nós assimiladas das orientações do autor anteriormente aludido.

Pelos motivos acima arrolados, consideramos que a noção de “modernidades múltiplas”, tal como apresentada por Shmuel Eisenstadt (2000), nos servirá de referência cognitiva para compreender a variedade de tipos modernos e suas dinâmicas de modernização, inclusive o caso brasileiro. Uma vez que o assim chamado programa cultural da modernidade não se apresenta mais de modo unívoco, mas em



retumbante dissonância, encontrando distintas acomodações socioculturais e interpenetrações civilizatórias, a noção de modernização deixa de significar, imediata e necessariamente, ocidentalização, convergência ou homogeneização<sup>8</sup>.

Sabemos, inclusive, que esta noção de modernidade múltiplas também possui as suas limitações circunscritas pelas críticas<sup>9</sup>. No entanto, cremos que alguns dos equívocos previstos sejam consequência da administração do conceito e não necessariamente um problema contido nele próprio. Por isso, mantemos a opção por este referencial cognitivo que nos possibilita pensar uma “modernidade brasileira” ou uma “modernidade periférica e dependente”, assumindo conscientemente os ônus inevitáveis da redução conceitual da realidade. O que vislumbramos, desde pronto, é o equilíbrio de contingências históricas que, a depender dos projetos geopolíticos locais e/ou translocais em conflito, confere direção a determinado padrão de desenvolvimento social.

### **Modernidade Brasileira: Modernização Dependente**

Considerando o argumento pretendido por este artigo, passaremos ao tratamento do problema posto pela formação social dependente, de tal modo que para perseguir este objetivo serão discutidos os atributos e efeitos da articulação entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, intentando lançar luz à compreensão da lógica da dependência nas periferias do capitalismo global. Nessa parte, esboçamos o nosso contato direto com as obras de Celso Furtado e Florestan Fernandes, expondo a leitura dos enunciados que esses autores produziram.

O processo de expansão do capitalismo industrial, cujo

pioneirismo solitário observamos na Inglaterra e, posteriormente, em outros países como França, Estados Unidos da América e Alemanha, teve por efeito a formação de um sistema internacional marcado pelo fluxo intensivo de mercadorias. Esse sistema mundial que se forma por meio do desenvolvimento econômico de certos países ocidentais assinala uma estrutura social que reflete assimetrias de poder não só políticas, mas também econômicas e culturais.

É comum nos depararmos com interpretações dessas assimetrias de poder que privilegiam os méritos tanto coletivos como individuais, fomentando, portanto, uma ideia meritocrática da realidade social. Isto significa que, estas interpretações que Jessé Souza (2013) alude como espécie de individualismo analítico descontextualizado, tendem a extrair das qualidades estritamente pessoais e idiossincráticas a razão do sucesso ou do fracasso, prescindindo de uma análise que leva em conta os fatores sociais. Nessa medida, para uma compreensão crítica do problema em torno do fracasso ou sucesso dos países, partiremos da tendência oposta: de identificar na análise dos fatores sociais a primazia da explicação da realidade. Para isso, nos apoiaremos na ideia contida na obra de Celso Furtado (1974), segundo a qual, na corrida industrial internacional, aos países colonizados nos quais observamos uma industrialização tardia, mais conhecidos pela alcunha de países subdesenvolvidos, estando desigualmente posicionados no sistema mundial de fluxos de mercadorias em relação aos países centrais desenvolvidos, está reservada uma situação de dependência cuja raiz se cria na própria estrutura do sistema econômico internacional.

Essa dependência se enraíza nas sociedades subdesenvolvidas não só através da dependência econômica gerada pelo processo de especialização geográfica engendrado pela Divisão Internacional do Trabalho – cujo ritmo e estrutura

foram e ainda são ditados pelos países centrais –, mas também por via da dependência cultural. A Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo forneceu o pano de fundo teórico-científico a essa especialização internacional e à correspondente estrutura de associação dependente entre os países relacionados. A Divisão Internacional do Trabalho se configurou de modo que para os países subdesenvolvidos restou a posição de fornecedores de matérias primas e consumidores de produtos industrializados estrangeiros. Na esfera econômica, a teoria das vantagens comparativas agiu para subtrair o impulso pela industrialização na periferia, o que aprofundou a dependência econômica dos mercados nacionais dos países subdesenvolvidos. (FURTADO, 1974, p. 78-79)

No âmbito da dependência cultural, os padrões de consumo dos países centrais serviram como horizonte aos padrões de consumo das elites locais dos países periféricos subdesenvolvidos. Esta cultura de consumo sofisticada, cujo ritmo está ditado pelo progresso técnico dos países desenvolvidos, é para Celso Furtado (1974) um fator fundamental da evolução dos países periféricos. Isto porque o que se caracteriza como modernização é um processo estruturalmente disruptivo, tendente ao aprofundamento dos laços de dependência à custa do agravamento da concentração de renda e da superexploração do trabalho. Essa superexploração do trabalho ocorre com a manutenção dos salários em níveis próximos ao nível de subsistência (FURTADO, 1974, p. 80-82). Para Furtado (1974, p. 81), a modernização brasileira se manifesta pelo “(...) processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”.

A situação de dependência se caracteriza, portanto, em

dois níveis: i) ao nível da produção, esses países subdesenvolvidos dependem dos países desenvolvidos não só porque são eles os principais consumidores dos produtos nos quais se especializaram, mas também porque se importam dos países desenvolvidos as tecnologias necessárias à produção interna; ii) ao nível do consumo, a dependência se manifesta na medida em que nos países subdesenvolvidos vemos os padrões de consumo dos países desenvolvidos transplantados para a regozijada de uma elite minoritária – detentora de uma posição privilegiada em relação à apropriação dos excedentes gerados pela atividade econômica nacional –, e também por que são esses países desenvolvidos, desde muito tempo, os principais fornecedores de bens industrializados, bens de consumo altamente especializados (bens de alto nível tecnológico) ou bens de consumo duráveis (carros, roupas, eletrodomésticos).

No âmbito dos fluxos internacionais de mercadorias e finanças, nos países subdesenvolvidos o excedente apropriado pelas classes dirigentes não se conecta obrigatoriamente ao processo de formação de capital, quer dizer, recursos que não serão destinados à expansão e complexificação da estrutura produtiva interna. Ao contrário, na medida em que os padrões de vida dos países desenvolvidos representam para as elites locais uma espécie de horizonte de comportamento, é precisamente ao sustento desses hábitos de consumo de uma minoria privilegiada que se destina o gasto do excedente obtido pela produção nacional (FURTADO, 1974, p. 83-84).

Portanto, é por via do consumo que ocorre a modernização dos países dependentes. Essa transposição de padrões de consumo possui uma desconexão fundamental com relação ao nível de acumulação presente nesses países periféricos. Isto significa que em um país onde o maquinário e a mão-de-obra possuem baixo valor

agregado só poderia haver produtos de valor comercial reduzido em comparação aos produtos de maior densidade tecnológica, típicos da cesta de consumo das classes mais abastadas. Tendo em vista esse baixo nível de acumulação, as elites, detentoras dos meios de produção e do privilégio em relação à apropriação do excedente produtivo, para garantir a extração de um lucro que as permita manter seus padrões de consumo de produtos importados, decidem fixar altas as taxas de exploração da massa trabalhadora. Isso implica que o processo de modernização nos países subdesenvolvidos – cujo principal setor se volta para o consumo das classes dirigentes das elites locais – aprofunda as assimetrias entre as classes sociais internas: as elites detêm o privilégio do consumo de bens importados e a massa trabalhadora é mantida em condição salarial precária, próxima ao nível de renda necessário à subsistência, sem que lhes sobre, portanto, alguma renda para o consumo de bens supérfluos (FURTADO, 1974, p. 77-88).

A dependência estrutural é a condição dos países subdesenvolvidos marcada pela associação assimétrica com os países desenvolvidos. Além da questão hierárquica do poder político internacional, a dependência se manifesta também ao nível da influência cultural. Aos países periféricos o estilo de vida dos países centrais são elevados como sendo o estilo de vida ideal, um horizonte no qual se pauta o padrão de consumo das classes dirigentes internas:

Nos países periféricos, o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração, e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos engendrados pela revolução industrial. Uma vez estabelecida essa conexão estava aberto o caminho para a introdução de todas as formas de

“intercâmbio desigual” que historicamente caracterizam as relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p. 85)

O trecho acima salienta exatamente para a conexão que fundamenta a dependência estrutural entre países centrais e periféricos no sistema capitalista, qual seja, a conexão entre as classes dirigentes locais e as elites econômicas do centro dinâmico do capitalismo global. Essa conexão, que se funda sobre um processo de colonização cultural, se mantém, principalmente, por meio do influxo de novos padrões de consumo, de modo que os países cêntricos, na divisão internacional do trabalho, dinamizam esses mesmos padrões ao diversificarem a oferta de mercadorias, intensificando o grau de investimento tecnológico dispensado à inovação de produtos industrializados. Portanto, isso a que chamamos de modernização ao nível do consumo se caracteriza por uma condição de dupla dependência: econômica e cultural.

As elites modernizadas dos países subdesenvolvidos, tendo como objetivo a manutenção dos níveis de consumo de bens sofisticados, promovem uma alta taxa de exploração do trabalho e pressionam o rebaixamento dos salários para a maximização dos lucros, tendo como efeito uma precarização da classe trabalhadora. Por outro lado, o custo crescente de investimentos em capital gerado pelo perfil de consumo dessas minorias modernizadas facilitou a penetração do capital estrangeiro. Este fato, por sua vez, estreita o processo de dependência cultural na medida em que intensifica ainda mais a difusão de padrões de consumo espelhados em ideais ético-estéticos euroamericanos. (FURTADO, 1974, p. 93)

A partir de então, serão feitas considerações pertinentes à análise do modelo brasileiro de desenvolvimento dependente. Assim

como Furtado, tomaremos o modelo brasileiro de desenvolvimento como exemplo de como avançar na industrialização sem abandonar os principais atributos do subdesenvolvimento: “(...) grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc.” (FURTADO, 1974, p. 95).

A expansão industrial brasileira ocorreu pelo entrosamento das indústrias locais com os sistemas industriais estrangeiros dominantes, provocando fluxos de comunicação e transferências de tecnologia. Nos anos 1950 e 1960, a política governamental foi marcada pelo investimento na urbanização e na modernização do consumo. A agenda governamental do período objetivava atrair as grandes empresas para investir no país como alternativa ao fracasso da industrialização sustentada de forma autônoma, crendo apenas na já experimentada substituição de importações.

Assim, de modo a garantir a rentabilidade dos negócios estrangeiros, foram tomadas medidas de redistribuição de renda para produzir algo como um perfil de demanda que seja compatível com o planejamento das empresas internacionais. O capital internacional se alojou no setor da indústria ligado à inovação tecnológica, que tem como principal produto os bens sofisticados (de alta densidade de capital), por outro lado, o capital nacional ficou no controle de grande parcela das indústrias produtoras de bens não-duráveis. Vemos que o problema da especialização geoeconômica é exatamente a desigualdade provocada pela diferença entre as densidades de capitais investidos, havendo o monopólio daquelas atividades produtivas de alta complexidade e valor agregado.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, pautado no

crescimento do Produto Interno Bruto (P.I.B.), tem como principal suporte o fato de que a concentração de renda serve à inflação de sua taxa de crescimento. Dito de outro modo, a mesma quantidade de dinheiro, quando consumida por pessoas de alto nível de renda, contribui mais para a aceleração da taxa de crescimento do que quando consumida por pessoas com baixo nível de renda. Isto ocorre porque a renda daqueles que ganham em maior quantidade tende a exceder consideravelmente o consumo básico para a subsistência, sendo esta sobra de dinheiro absorvida pelo consumo de bens de alta densidade de capital, cujo efeito positivo na taxa de crescimento é maior que a dos bens simples (FURTADO, 1974, pp. 105-106). Portanto, a peculiaridade dos modelos econômicos de desenvolvimento nos países periféricos revela um novo tipo de capitalismo altamente dependente da apropriação e utilização dos lucros para o consumo de produtos estrangeiros. Tendo em vista como se configura a relação específica entre subdesenvolvimento, dependência e modernização, a característica fundamental do modelo brasileiro de desenvolvimento “(...) é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (FURTADO, 1974, p. 109).

É, então, por meio da consideração da estrutura de interdependência social na qual estão cadenciadas as classes sociais aos níveis nacional e internacional que podemos vislumbrar resolver a questão do sucesso e do fracasso dos países por outra via que não aquela do individualismo analítico descontextualizado a que nos referimos. Conforme sustenta a tradição clássica do pensamento sociológico, a explicação não deve deixar-se seduzir pelo aparente mérito individual dos países e das pessoas em detrimento de uma compreensão embasada nos fatores sociais e estruturais.

Para a crítica proposta, no estudo comparado do



desenvolvimento social, é importante a consideração da correlação de posições dos diversos indivíduos e coletividades, o seus conflitos de classes internos ou externos. Para além de considerar, na análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, os fatores relativos às ações individuais, é preciso nos atentar às configurações assimétricas que desencadeiam dinâmicas de poder e dominação social. A partir do diagnóstico oferecido por Celso Furtado, considerando que as suas observações se aplicam ao tipo de inserção periférica da sociedade brasileira no interior do capitalismo global, doravante, a partir das contribuições oferecidas por Florestan Fernandes (1975;1979), será necessário aderir a uma, como diz o autor, “rotação ótica”<sup>10</sup>, se queremos compreender o modo pelo qual historicamente formou-se, no caso brasileiro, um subtipo de regime de classes em condições específicas. O argumento consiste em apontar para o tipo de associação dependente entre um pólo interno e outro externo:

Trata-se do regime de classes que se desenvolve em conexão com o capitalismo dependente. A dominação burguesa nele apresenta dois pólos; um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades “patrióticas” e “democráticas” ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre governos dessas nações e a chamada “comunidade internacional de negócios” (FERNANDES, 1979, p. 27).

A articulação entre os interesses estrangeiros e os interesses privados nacionais resultou no tipo de administração da mudança social orientado por um comportamento autoritário

e conservador, produto de uma mentalidade mandonista, exclusivista e privatista das classes dominantes brasileiras. Isso ocorre em função da necessidade de reter as chamadas “pressões internas”. Considerando o volume dos conflitos em uma sociedade altamente violenta e de grandes proporções demográficas, dada uma configuração social e econômica estruturada para conservar os privilégios de uma minoria em face da grande massa de excluídos, o comportamento das classes dominantes se voltou à captura do Estado enquanto aparelho de repressão e controle social.

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes (1975) se preocupa com a implantação do capitalismo na sociedade brasileira. Conforme sugere o autor, este processo se dá por um movimento de “transplantação cultural”<sup>11</sup>, com a incorporação do modelo de organização econômica afirmado sobre uma “ordem social competitiva”, característico da sociedade de classes que se constituiu no momento posterior às chamadas Revoluções Burguesas, afim ao padrão de civilização do mundo ocidental moderno. Florestan Fernandes (1975, p. 55) atribui à Independência de 1822 o momento culminante do processo modernizador brasileiro, quebrando, ao menos contratualmente, o tipo de relação colonial vigente há séculos, bem como pela autonomização política do Estado nacional. No entanto, Florestan Fernandes (1975, p. 55) nota que este processo não se dá por simples substituição da economia colonial pela economia capitalista competitiva. A característica disruptiva que se observou em outros contextos revolucionários não prosperou no processo modernizador brasileiro, que tratou de conservar certa herança colonial.

Portanto, Florestan Fernandes (1975) impõe uma série de críticas ao esquema da Revolução Burguesa, inadequado para se

pensar o contexto periférico, dependente e de origem colonial, o mesmo que apresenta uma configuração social complexa em que a ordem social servil-escravocrata da economia colonial persiste ao passo que novas funções e relações sociais, identificadas com a chamada ordem social competitiva, vão se instaurando aos poucos e gradualmente. A ordem social em mudança responsável pela dinamização interna do capitalismo brasileiro e a competição social desencadeada pela sociedade de classes não lograram êxito em destituir o “antigo regime” doméstico, promovendo, assim, a permanência de estruturas econômicas, sociais e políticas arcaicas.

Conforme o argumento de Florestan Fernandes (1975, p. 76), a ordem social competitiva não lograva êxito em se generalizar a partir do momento em que a permanência de padrões de sociabilidade legados do chamado “antigo regime”, ou seja, da ordem social servil-escravocrata, ainda se encontravam em vigência, sobretudo pelo que chamou de “acumulação estamental de capital”. A competição, nesse sentido, foi sabotada desde o início. Observa-se o modo como a implantação da ordem social competitiva no Brasil provocou uma manutenção da estrutura de privilégios legada da ordem social da economia colonial. Por isso, Florestan classifica a nossa “Revolução Burguesa” como “encapuzada”, “sabotada”, uma vez que não se produziu a partir de um processo verdadeiramente revolucionário e disruptivo.

Outra característica do desenvolvimento brasileiro que desafia os modelos clássicos de interpretação da ordem social em mudança é o tipo de articulação dinâmica estabelecida entre o setor arcaico, representado pela grande lavoura, e o setor novo, representado pelas transformações urbano-industriais. Supor imediatamente o antagonismo dualístico entre as estruturas coloniais e as estruturas modernas não nos deixa

compreender o equilíbrio das contingências históricas que, aqui, reproduziram a superposição entre dois setores aparentemente antagônicos. Argumenta Florestan Fernandes (1979, p. 40) que:

Por isso, não só as relações de produção coloniais podiam subsistir: elas se convertiam, de imediato, em fonte do excedente econômico que iria financiar tanto a incorporação direta ao mercado mundial, com seus desdobramentos econômicos e culturais, quanto a eclosão de um mercado capitalista moderno e a subsequente revolução urbano-comercial.

Conforme acima explicitado, um setor dinamizava o outro enquanto fonte de excedente econômico, ao mesmo tempo em que havia convergência de interesses pela manutenção da dominação política, a principal garantia da ordem social autoritária no país. Para Florestan Fernandes (1975), como se disse, o processo de modernização do Brasil tem início com a Independência de 1822, e os tipos humanos modernizadores, tal como o autor compreende, seriam o *fazendeiro-homem-de-negócios* do oeste paulista, possivelmente herdeiro dos bandeirantes, e os imigrantes, principalmente italianos, responsáveis pela introdução de uma racionalidade baseada em cálculo e previsibilidade. Nesse contexto, São Paulo estaria à margem do país, fator explicativo para que esta região se destacasse como principal polo modernizador. Os limites dessa interpretação veremos na parte a seguir do texto.

Diante do exposto, convém enumerar as contribuições extraídas do pensamento de Florestan Fernandes (1975; 1979): i) considerando a especificidade do subtipo de regime de classes historicamente formado no âmbito da sociedade brasileira, observa-se uma incompatibilidade do modelo fundamentado pelo parâmetro da Revolução Burguesa, o qual supõe o funcionamento de uma ordem social competitiva. No caso brasileiro, a superposição

entre o padrão português de regime estamental e a instituição-chave para a formação social brasileira, qual seja, a escravidão dos estoques raciais indígenas, africanos e mestiços, promove um subtipo de regime de classes que restringe a ordem social competitiva apenas aos assim considerados mais iguais entre si, ou seja, à minoria privilegiada. Portanto, a permanência dos padrões de sociabilidade estamental associados a uma ordem social servil-escravocrata reproduz o impasse estrutural para a generalização da ordem social competitiva tal como suposto pelo modelo convencional da sociedade de classes; ii) considerando o equilíbrio das contingências históricas, contrariando o modelo dualista de interpretação da estrutura social, ocorre no caso brasileiro uma articulação dinâmica entre os assim considerados setores arcaicos e modernos; iii) a modernização institucional do Estado, levando em conta o equilíbrio de interesses entre a “burguesia nacional” e a “comunidade internacional de negócios”, caracterizou-se pela transferência de técnicas oligárquicas e autocráticas de dominação social, movidas da esfera privada das relações domésticas à esfera pública da comunidade política nacional.

### **Inautenticidade ou singularidade?**

Nesta sessão, pretendemos colocar em perspectiva uma análise dos pressupostos teóricos subjacentes às interpretações das ciências sociais sobre a modernidade brasileira, ressaltando para o modo como se pensou a sua singularidade, por um lado, e a sua suposta inautenticidade, por outro. Como ressaltado por Jessé Souza (2000), acaso não seria em Max Weber que parte considerável dos intérpretes do caso brasileiro encontrou um arcabouço teórico de referência? A sociologia compreensiva weberiana, marcada pelo enfoque que realiza no sentido da ação individual, oferece, portanto,

um diagnóstico específico do desenvolvimento ocidental firmado em dualidades como atraso e avanço, tradição e modernidade. Diante desse diagnóstico weberiano, faz-se necessário compreender quais são os pressupostos que informam a noção de modernidade e como estes mesmos pressupostos se encarregam de relegar o caso brasileiro a uma condição de atraso e fracasso.

Jessé Souza (2003, p. 102) pretende construir a “tese da singularidade da formação brasileira” em contraponto ao que chama de “sociologia da inautenticidade”<sup>12</sup>, sendo esta última responsável por superestimar a influência da concepção de mundo ibérica sobre a nossa formação social. Souza (2000, p. 161) elege três representantes do que chama de “os pensadores do Brasil” para ilustrar o diagnóstico da inautenticidade: Sérgio Buarque, que oferece o ponto de vista filosófico; Raymundo Faoro, que constrói a versão institucionalista; e Roberto DaMatta, que apresenta a versão culturalista. Este grupo de autores sustenta a inautenticidade da formação social brasileira em oposição ao racionalismo ocidental, peculiaridade que logrou alçar os países cêntricos a uma posição mundialmente dominante. Este específico racionalismo ocidental estaria fundado sobre um dualismo que se constrói pela tensão entre a ética e o mundo, inclusive pelo objetivo de conformar as esferas mundanas aos fundamentos da esfera religiosa, fator comum entre praticantes do protestantismo ascético que atuam não somente pela negação do mundo (SOUZA, 1998, fl. 5).

A resolução específica do protestantismo ascético em relação a essa dualidade pressupõe a primazia da ética sobre o mundo, de tal modo que a ética deixa de ser uma ideia eventual para tornar-se um esforço contínuo em direção à dobra do mundo, quer dizer, a própria vontade divina. Assim, o ethos protestante representaria a superação do ethos tradicional, unificando a

racionalização da vida sobre um único valor cujo resultado se mostra por incentivos psicológicos dados pelo estímulo ao trabalho desempenhado com eficiência, o qual, por outro lado, reforça a interdição do gozo imediatista dos bens mundanos para financiamento de uma popupança fruto do trabalho recompensado. É esse novo tipo de conduta frente ao mundo que garante para Max Weber o caminho em direção a uma individualidade histórica propriamente moderna. Dessa forma, é nessa revolução da consciência que reside a suposta superioridade do racionalismo ocidental, bem como o pretendido avanço da modernidade (SOUZA, 1998, fl. 6-7; WEBER, 2010; KALBERG, 2010).

Encontra-se na obra de Sérgio Buarque de Hollanda (2014), em *Raízes do Brasil*, o arcabouço de conceitos que retratam o país como exemplo de cultura pessoalista, principalmente por meio da controversa noção de homem cordial. Por outro lado, por onde se vê o desenvolvimento daqueles países situados no Atlântico Norte, pululam as noções de civilidade, boas maneiras e impessoalidade. O indivíduo brasileiro representado por *Raízes do Brasil* seria determinado por esse modo de ser pessoalista, ou seja, que privilegia as relações pessoais em vez de primar pela impessoalidade das leis e das instituições públicas (SOUZA, 1998, fl. 9 e 10). O fator explicativo para a implantação dessa cultura pessoalista é a herança ibérica pré-moderna, conferindo à nossa modernização um caráter meramente “epidérmico”, inautêntico. Por consequência temos a emergência de um Estado patrimonial e o enraizamento de um catolicismo popular-familiar de fundo mágico, este último impedindo “a eficácia de uma ordem extramundana específica, a qual pressupõe, precisamente, a distância entre as divindades e os homens” (SOUZA, 2000, p. 166).

Outra via interpretativa é aquela sugerida por Raymundo

Faoro (1989). De acordo com Faoro (1989), a especificidade do atraso brasileiro reside na herança portuguesa da transposição de um aparato estatal patrimonialista – o Brasil herda de Portugal o “capitalismo de estado”. Nessa perspectiva, o predomínio de formas institucionais tradicionais na condução do Brasil explicaria, por exemplo, a marginalização de São Paulo, cidade considerada como uma exceção do caso brasileiro e uma via alternativa interna ao atraso do país. Portanto, a associação recorrente é entre a lógica patrimonialista, pessoalista e o atraso. (SOUZA, 1998, fl. 11-13). Para Souza (2000, p. 171), a categoria weberiana de “patrimonialismo” recebe um uso “estático” e “a-histórico” na interpretação de Faoro, a qual, por sua vez, afirma a resiliência histórica de um estamento burocrático patrimonial em contraponto às formas modernas de burocracia racional, fator que impediria “o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora” (SOUZA, 2000, p. 172).

Vê-se em Roberto DaMatta (1979; 1984) um conjunto pressupostos que corroboram a chamada inautenticidade da formação social brasileira. Conforme Jessé Souza (2000, p. 199), encontra-se no chamado dualismo damattiano a oposição estruturante entre as noções de “indivíduo” e “pessoa”, por um lado, e a oposição entre os espaços simbólicos da “casa” e da “rua”, por outro. Nesse argumento, o predomínio do elemento pessoal sobre o abstrato é o que constitui a especificidade brasileira. O “brasileiro” seria, dessa maneira contada, o sujeito que age na rua como se estivesse em casa, subvertendo os valores da polis. Em favor da “pessoa”, prevalece a lógica da “carteirada”, do “compadrio”, da “troca de favores”. Essa suposta “gramática profunda” seria a base explicativa da corrupção política no país, por efeitos legados de padrões culturais tradicionais da vida colonial. Por via dessa solução analítica que se procura explicar a singularidade



do povo brasileiro pelo signo do tão famoso “jeitinho”, tipo de favorecimento pessoal ilícito, e de todo o conjunto das autoimagens que nós naturalizamos, enfatizando o elemento negativo na distinção em relação aos demais países modernos e desenvolvidos, sobretudo na comparação com os Estados Unidos da América, supondo nessa comparação a razão explicativa das causas do nosso fracasso (SOUZA, 2000, pp. 185-193).

É importante dizer que esses autores anteriormente referidos nos legaram importantes contribuições, análises empíricas e diagnósticos sobre a realidade brasileira, bem como nos ofereceram acúmulo histórico de conhecimento e acesso a fontes documentais importantes. Merecem, portanto, uma leitura atenta como parte de uma tradição intelectual, mesmo para que sobre eles as críticas necessárias sejam feitas. Aquilo que se procura enfatizar, através da leitura de Souza (2000), é o fundo normativo dessas abordagens, justamente os pressupostos que calam fundo em nossas imagens de país. Em contraponto a esta sociologia da inautenticidade brasileira – reponsável por trilhar um caminho de comparação com os tipos-ideais de desenvolvimento extraídos do diagnóstico weberiano da modernidade –, Jessé Souza (2000; 2003) propõe outra interpretação sobre o dilema da singularidade brasileira, conferindo um olhar mais atento à institucionalização de valores e à estratificação social, colocando no centro da formação social brasileira o problema em torno da escravidão. A ótica da inautenticidade trata da questão dos valores como se a transposição oceânica dos modos de vida, nos rastros da expansão marítima portuguesa em direção à América, fosse capaz de carregar consigo a integralidade dos valores portugueses mantendo-os intactos após gerações sucessivas (SOUZA, 2000, p. 205-206).

Jessé Souza (2000; 2003) busca em Florestan Fernandes e

Gilberto Freyre uma solução interpretativa alternativa ao paradigma da inautenticidade. Souza (2003) considera Florestan Fernandes o autor periférico que mais se aproximou de uma concepção correta dos problemas modernos das sociedade periféricas, principalmente a partir de um ponto de vista estruturalista. Como abordamos na sessão anterior desse texto, Fernandes (1975) trata da implantação do capitalismo no Brasil a partir do influxo de um certo padrão de civilização dominante que se encontra com as estruturas sociais de origem colonial, havendo uma confluência entre a ordem social servil-escravocrata do “antigo regime” e a ordem social competitiva impulsionada por uma onda modernizadora, sobretudo a partir do marco da Independência, em 1822. Contudo, Souza (2003, p. 135) chama a atenção para “deficiências graves e sintomáticas” no argumento de Florestan. Primeiramente, observa-se um hiato de 60 anos entre o marco do processo de modernização e a ação social dos dois principais agentes modernizadores, o *fazendeiro-homem-de-negócio* do oeste paulista e o imigrante italiano. Além desse hiato de seis décadas, Souza (2003, 136) mostra como a interpretação de Florestan permanece tributária da “escola patrimonialista” e, conseqüentemente, afim à tese da excepcionalidade paulista, desconsiderando o processo de modernização ocorrido em outros centros urbanos como Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Por outro lado, Jessé Souza (2000; 2003) identifica em Sobrados e Mucambos a possível reflexão sobre a ambigüidade cultural brasileira, sobretudo com o embate entre patriarcalismo e ocidentalização. Através da análise do que na obra de Freyre (2004) está descrito como a “re-europeização do Brasil”, ou seja, a incorporação dos valores europeus pela população brasileira, busca-se então realizar uma análise da institucionalização da modernidade ocidental no Brasil (SOUZA, 2000, p. 209). Essa

europização representou uma mudança nos padrões de consumo e nos costumes, por vezes descrito como algo com certo fundo oco e opaco, uma vez que a nossa modernização supostamente envernizava uma falsidade latente, superficial e confinada ao plano da aparência, um tipo de civilização “para inglês ver”.

O elemento atuante no sentido do recalque da mudança seria a nossa herança escravocrata, a grande barreira para o avanço em direção aos valores de uma economia competitiva e democrática. Qual seria, então, a especificidade da escravidão brasileira a que se pode atribuir o enraizamento de certa “herança profana”? Está no próprio Freyre a alusão ao elemento distintivo da escravidão brasileira baseado na experiência escravocrata maometana, na qual era permitido aos escravizados conviverem junto às famílias de seus donos, como ocorreu em certas áreas no Brasil. Esse elemento maometano constituiria a tendência aproximativa na relação social de dominação, que ora se constituiu entre brancos e negros no Brasil, em relação à violência característica dos regimes escravocratas (SOUZA, 2000, p. 221-224). A conjugação do elemento aproximativo (da escravidão de tipo maometano) com o elemento despótico tem por efeito a produção de uma sociedade estruturalmente violenta e perversa, isto é, uma sociedade na qual a dor alheia e o não reconhecimento da alteridade se tornam as forças motrizes das relações interpessoais. Se por um lado esse tipo de sociedade se caracteriza pela proximidade física e sexual entre dominantes e dominados, por outro ela é marcada pela distância psíquica e emocional entre estes pela negação da humanidade do negro escravizado. (SOUZA, 2000, p. 255-256)

A especificidade da herança escravocrata no Brasil tem por consequência, em relação às perspectivas de avanço, a estruturação das formas de dominação e injustiça social. Isto

porque os valores dos dominados aparecem como inclinações de vontade do mesmo tipo daquela dos dominadores. A partir da “revolução modernizadora” que se opera desde 1808, período marcado pela abertura dos portos e vinda da Coroa portuguesa ao Brasil, as dualidades constituintes do jogo de classes teriam se deslocado daquele “senhor e escravo” ou “coronel e dependente” para aquelas do “trabalho qualificado e trabalho sem qualificação”, “o doutor e o analfabeto”, como sintoma de um deslocamento no vínculo de dominação em direção à impessoalidade referida a valores do mercado e do Estado capitalistas, ou seja, da formação social competitiva. (SOUZA, 2000, p. 252-254, p. 260-261)

Dentro desse contexto a possibilidade de ascensão social aumentou, mas a certos estratos das classes populares ficou reservada uma posição de subalternidade. Se, por um lado, algumas das ocupações populares passaram a estar incluídas nas perspectivas de cidadania e direitos sociais, por outro, a toda uma massa resta o subemprego, sendo este marcado por condições salariais e de trabalho precárias - caracterizando um processo de cidadania seletiva:

A seletividade do nosso processo de modernização começa aí. O senhor tem o desafio de, bem ou mal, adaptar-se aos novos tempos. O escravo, esse vai ser abandonado e ficará desprovido de acesso às benesses do novo sistema que se institucionaliza a partir de então. Quem ocupa os novos empregos abertos pelo desenvolvimento de manufaturas e maquinofaturas é o mulato e depois o europeu imigrante. O negro, vítima de preconceito e do seu próprio abandono, não teve nem terá acesso mais tarde ao lado menos sombrio dos novos tempos (SOUZA, 2000, p. 265).

É essa dominação sistemática enraizada na herança

escravocrata que teria como efeito precisamente um tipo de modernidade seletiva maculada pela oposição entre uma minoria privilegiada e a grande massa de excluídos. Assim, uma nova via interpretativa da singularidade brasileira estaria apoiada na perspectiva orientada para o entendimento da desigualdade de classes nas múltiplas formas de enraizamento da dominação classista. Esta necessidade, por sua vez, está ligada a uma tentativa de compreensão do modo pelo qual a dominação social tem seu efeito nos valores comuns da sociedade brasileira, aqueles a que os intérpretes do Brasil se referem como tipicamente nossos e que marcam a nossa imagem como aquela do jeitinho e da corrupção endêmica. É por essa via que poderemos compreender a persistência da desigualdade social e da ideia de que o Brasil é o país que representa a “eterna promessa” de desenvolvimento tanto social como econômico. A partir dessa via de interpretação, sustenta-se a tese segundo a qual, no Brasil, o tipo específico de modernização, condicionado pelo consumo de uma elite abastada e que é, por sua vez, remunerada pela superexploração do trabalho das camadas populares, sendo maioria negra, atualiza, institucionaliza e reforça a concentração das benesses do capitalismo nas mãos e no poder da elite branca. É essa conexão entre a dominação cultural ocorrida no âmbito dos países capitalistas e a correspondente e persistente estrutura de dominação de classes que nos parece enraizar aquela “herança profana” da escravidão. Isto porque a certas classes interessa a mistificação das dinâmicas de dominação e injustiça social através da noção de mérito, de modo que os privilégios possam se manter eternamente intocados (SOUZA, 2015).

Diante das considerações críticas oferecidas por Jessé Souza (1998; 2000; 2003; 2015), consideramos conveniente

problematizar, a partir das contribuições de Sérgio Tavolaro (2005; 2014; 2017), a tese da singularidade brasileira ou a tese da excepcionalidade normativa brasileira. Em certo sentido, tudo aquilo que foi dito acerca do paradigma da inautenticidade reflete uma forma de compreender o problema da singularidade brasileira. Conforme argumenta Tavolaro (2005), considerando a episteme do discurso sociológico nacional hegemônico, é possível destacar duas vertentes interpretativas mais ou menos coesas: 1) a sociologia da dependência - Caio Padro Jr, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; 2) a sociologia da herança patriarcal-patrimonial - Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. Ambas as alternativas interpretativas seriam marcadas por “variáveis explicativas independentes” capazes de sobredeterminar o contexto brasileiro a despeito das configurações históricas mais concretas e contingentes.

Ao observar regularidades na dispersão do pensamento social brasileiro<sup>13</sup>, Tavolaro (2014) nota um dupla armadilha: por um lado, a suposição da condição de dependência econômica estrutural, concebendo uma relação rígida e estática entre “centro” e “periferia”, e, por outro lado, a suposição do contexto normativo-simbólico peculiar, considerando as relações sociais a partir de elementos culturais abrangentes. Com essa crítica, o autor pretende alertar para o risco da hipóstase sugerida por entidades analíticas consolidadas, as quais produzem uma falsa sensação de conforto intelectual para o analista qua as assume imediata e irrefletidamente. Nesse sentido, argumenta-se que ambas as modalidades de compreensão do caso brasileiro guardam “tonalidades essencialistas” (TAVOLARO, 2005).

O problema potencial em se assumir prontamente a tese da singularidade brasileira não é exatamente a adesão por uma

agenda de reflexão interna, como se fosse apenas a investigação das condições particulares da realidade considerada, isolando o caso tal e qual um experimento laboratorial. Ao tomar a sociedade brasileira a partir do pêndulo oscilante entre unidade de análise e categoria analítica, o pensamento social brasileiro, muitas vezes endossando o discurso ideológico da nação, conduzido por um pacto silencioso entre sujeito e objeto, assimilou a tendência cognitiva em compreender determinada realidade histórico-social regida pelo signo do desvio e falta, da incompletude e disjunção:

Ao operar no interior desse território epistemológico, as versões nacionais do discurso sociológico hegemônico da modernidade são conduzidas a interpretar e classificar a sociedade brasileira como invariavelmente “peculiar” em relação às supostas “sociedades centrais” - seja sob o rótulo de “semimoderna”, “periférica”, ou mesmo “singular” -, uma vez que: a) Estado, mercado e sociedade civil são tido como estruturalmente entrelaçados; b) a normatividade que as permeia é vista como passível de influências de concepções de mundo e sistemas de normas apenas parcialmente racionalizados; e finalmente, c) seus âmbitos de ação público e privado são, por sua vez, percebidos como interconectados. Todos esses traços seriam a prova cabal de nosso “desvio”. (TAVOLARO, 2005, p. 13)

Tudo se passa como se através de uma régua conceitual referente ao ideal moderno houvesse a suposição apriorística de sociedades iniciadoras da modernidade, portanto, detentoras do monopólio referencial autêntico de modernidade, e também de sociedades destinatárias, quer dizer, receptoras inautênticas e passivas. O equívoco surge quando se pressupõe acriticamente os modelos exemplares como se estes fossem manifestações cabais de construções teóricas estáveis. Ocorre aí um duplo problema: por um lado, as sociedades ditas semi-modernas

seriam lidas pela ótica da inautenticidade, por outro lado, as sociedades ditas tipicamente modernas seriam lidas como representações mais ou menos homogêneas do mesmo projeto.

Outro desdobramento da tese da singularidade brasileira é o essencialismo das unidades geográficas, endossando a irreduzibilidade de experiências sociais localizadas, isolando particularidades históricas e seus caminhos endógenos, reforçando fronteiras muitas vezes mais fluídas do que foram previamente pensadas. Tavolaro (2014, p. 662-663) observa uma afinidade entre a episteme do discurso sociológico da modernidade e o processo histórico de formação dos estados-nacionais, que naturaliza, ao nível do pensamento, a experiência nacional enquanto “uma categoria inequívoca”. Haveria uma tendência para assumir pressupostos normativos prescritos por um tipo de nacionalismo metodológico, cuja evidência, por exemplo, se vê pela adoção da “sociedade brasileira” como uma categoria analítica vinculada a predicados pretensamente singulares e irreduzíveis, geralmente lidos a contrapelo dos contextos modelares da modernidade. Por outro lado, essa circunstância afirma um lugar de enunciação não-hegemônico que permite a proposição de novos temas e problemáticas, fomentando uma outra agenda de reflexão sociológica<sup>14</sup>.

Para driblar o nacionalismo metodológico e evitar a adoção irrefletida desses pressupostos normativos fundados sobre a experiência dos contextos modelares faz-se uma aposta cognitiva pela compreensão de histórias conectadas, não somente pela comparação das suas peculiaridades, mas exatamente pelo entrelaçamento e interpenetração dos processos sociais que constituem as experiências civilizatórias investigadas. Coloca-se, simultaneamente, a necessidade pelo enfoque metodológico sobre outros “níveis de circunscrição do objeto”, priorizando as



escalas locais, regionais, supranacionais e globais, sobretudo nos seus trânsitos possíveis e pensáveis (TAVOLARO, 2017, p. 129). Assim como procuramos demonstrar na segunda parte desse artigo, autores como Celso Furtado e Florestan Fernandes não foram insensíveis às conexões, entrelaçamentos e interpenetrações civilizatórias. No entanto, argumenta-se que tampouco tais autores, ao lado de outros como Gilberto Freyre, estiveram dispostos a superar o nacionalismo metodológico que em suas teorias subjaz, justificando a crítica sobre determinadas hipóstases conceituais e variáveis explicativas independentes (TAVOLARO, 2014, 662).

Sérgio Tavolaro (2005; 2014; 2017), ao percorrer o amplo espectro do pensamento social brasileiro, procura, principalmente, precipitar os seus denominadores comuns. A intenção do autor não é subestimar os predicados contidos nas análises dos intérpretes que nos antecederam, tampouco subsumi-los a uma única toada interpretativa, uma vez que são inequívocas as diferenças que os filiam a linhagens de pensamento declaradamente divergentes<sup>15</sup>. Não se almeja simplesmente dispensar as nuances, mas indagar sobre aquilo que na mudança, permanece, cristaliza e se reproduz. Reproduz-se não somente entre os iniciados na bibliografia especializada, mas nos insuspeitos caminhos que as ideias são capazes de tomar dentro e fora do espaço acadêmico.

Seriam ao menos seis pontos que perfilam o quadro de referência analisado<sup>16</sup>: 1) a imagem da sociedade brasileira como uma configuração social com déficit de diferenciação-complexificação, em que os diversos âmbitos da sociabilidade – “política, economia, cultura, vida familiar, religião, ciência...” – encontram-se “estruturalmente acoplados”, com as suas funções específicas confundidas; 2) a imagem da sociedade brasileira como uma configuração social que borra as fronteiras entre domínios

públicos e privados, sendo as instituições públicas forjadas por interesses dos domínios domésticos; há “a proponderância de códigos de sociabilidade primários” baseados no modelo da família patriarcal, situação que impede o florescimento de valores pessoais no terreno da vida pública; 3) a imagem da sociedade brasileira como uma configuração social que não concretizou o processo de secularização; os elementos mágico-religiosos trariam “implicações decisivas sobre o próprio funcionamento do aparato político-administrativo” e também sobre “a interpretação do ordenamento jurídico” e outras esferas de sociabilidade, minando o conhecimento científico como base de legitimação das tomadas públicas de decisão; 4) a imagem da sociedade brasileira como uma configuração social que apresenta um arranjo espaço-temporal peculiar, em que “os predicados do ambiente físico são elevados ao estatuto de condicionantes da vida social do país”, exercendo efeitos sobre as instituições e o comportamento dos indivíduos; bem como uma peculiaridade marcada pela “não-linearidade” das camadas temporais, as quais combinam passado e presente, confundem o arcaico e o moderno; 5) a imagem da sociedade brasileira como uma configuração social que suscita uma “certa organização/economia psíquica” mediante a qual os impulsos emocionais, irracionais, se sobrepõem ao controle racional, metódico e disciplinado da vida subjetiva, com a “ausência de identidade pessoal unitária e centrada”, conformando um contexto “adverso ao empreendedorismo econômico metódico” e “avesso a referências normativas pessoais”; 6) finalmente, a imagem da sociedade brasileira como uma configuração social caracterizada pela “permeabilidade entre a vida social no Brasil e o mundo natural”, exemplificada pela permanência de traços tradicionalistas, uma vez que “não raro a cultura popular confere atributos anímicos a entes naturais”, o que teria por efeito a suposição de um controle

ineficiente sobre o ambiente físico (TAVOLARO, 2017, p. 125-128).

À luz do tempo presente, como podemos constatar, algumas das formulações e preconceitos do pensamento social brasileiro não poderiam ser considerados como teses cientificamente válidas, ainda que hoje vejamos os equívocos prosperarem por outras vias no reforço de imagens de país que simplesmente não cessam de circular, independentemente da validação acadêmica. Por outro lado, entre ajustes e desajustes, nas mesmas páginas que encontramos os tais equívocos, também podemos ler passagens que se sustentam em face da realidade empírica. Enquanto ciência social, portanto, conhecimento possivelmente generalizável, não somente sobre a nossa unidade geográfica versam os enunciados do pensamento social aqui construído. É precisamente esta a vocação salientada por Sérgio Tavolaro (2017, p. 136):

Sob essa perspectiva, muitos dos predicados identificados na sociedade brasileira – dentre os quais a imbricação de esferas sociais, a permeabilidade entre público/privado, a resiliência de concepções de mundo não racionalizadas, as múltiplas configurações tempo-espaciais, pluralidade identitária e descentramento da subjetividade, além da porosidade entre sociedade/natureza – podem ser vistas de um ângulo diverso: ao contrário de propriedades idiossincráticas decorrentes de inconfundíveis especificidades societárias, pode-se tomá-las como representativas de facetas e aspectos da modernidade subapreciados pelo discurso sociológico.

Afirma-se o potencial cognitivo dos lugares não-hegemônicos de enunciação e a possibilidade dos predicados associados aos contextos não-modelares servirem ao propósito de bagunçar as certezas daquelas teses lapidares firmadas sobre os contextos modelares. Antes de prestar adesão ao referencial

epistemológico normativo, a sugestão é adotar criticamente a dimensão contingente da sociabilidade moderna na sua multiplicidade, simultaneidade e conectividade (TAVOLARO, 2005; 2014; 2017). Para nós, é justamente esse o potencial crítico do conceito de *modernidades múltiplas*<sup>17</sup>. Trata-se, dessa forma, de compreender os diferentes arranjos políticos, econômicos, institucionais e normativos das experiências modernas a partir de padrões variáveis, ou seja: “a) padrões variados de diferenciação-complexificação social; b) padrões variados de secularização; e c) padrões variados de separação entre domínios públicos e privados” (TAVOLARO, 2005, p. 13). As configurações específicas e típico-ideais desses padrões variados é tema para um aprofundamento posterior. O que é relevante para o propósito do nosso argumento não é a suposta, porém falsa, inadequação epistemológica da ciência social brasileira. Antes, pelo contrário, percebemos que as contribuições do pensamento social brasileiro possuem qualidades generalizáveis, pois são obras, teses e conceitos elaborados que contribuem para lançar inéditos olhares interpretativos sobre o próprio ideal normativo de modernidade.

No entanto, acrescente-se que tamanha empreitada não se restringe tão somente à leitura das principais obras e teses do chamado pensamento social brasileiro, procurando nele enunciados que corroborem à crítica do discurso sociológico da modernidade. Os modernos padrões variáveis de sociabilidade – quanto à diferenciação-complexificação, secularização-racionalização, separação público-privado, configuração espaço-temporal, relação sociedade-natureza – e o equilíbrio de contingências históricas dado aos contextos particulares precisam passar pela prova da pesquisa empírica, sendo esta a maneira de construir novos enunciados e, conseqüentemente, garantir

a compreensão sobre o mundo investigado tal como é, ou seja, em sua dimensão contingente, tanto histórica quanto conjuntural.

Os modelos de análise social e as potenciais teses sociológicas subjacentes não motivam a renúncia pelo trabalho da observação, descrição e avaliação dos dados propriamente empíricos, outrossim, lidos à luz da tradição inelectual que soubemos assimilar em nossa formação acadêmica, seja para corroborar teses consolidadas, seja para demolir pilares teóricos falsamente erguidos ou datados. Neste último aspecto, concordamos com Jessé Souza (2015, p. 21) e a sua respectiva crítica ao uso equivocado do prestígio científico, especialmente da obra weberiana tal como se vê em alguns dos expoentes do pensamento social brasileiro, os quais, mesmo não intencionalmente, reafirmam interesses dominantes, bem como colaboram para a construção de imagens depreciativas do país e sustentação velada de um tipo de “racismo culturalista”. Se, por um lado, a tese da singularidade brasileira desdobrou-se em interpretações calcadas, mesmo que pelo inverso, em modelos exemplares para os quais uma suposta inautenticidade seria aferida, por outro lado, ao depositar a tônica nos padrões variáveis e alternativos de sociabilidade, o pensamento social brasileiro logrou êxito quando apontou para aspectos instáveis, dinâmicos e contingentes dos processos de modernização e desenvolvimento social, alargando, assim, o escopo dos nossos modelos de compreensão da realidade. De acordo com Sérgio Tavolaro (2017, p. 136), precisamente no “imaginário contra-hegemônico da modernidade” reside o potencial heurístico do pensamento social brasileiro. Vislumbramos, portanto, a atualidade da reflexão sobre o pensamento social e, sobretudo, a partir do pensamento social, seja para criticar as formulações naturalizadas e afinadas aos interesses dominantes, seja para enfatizar o potencial dos modelos

explicativos da realidade empírica. Sabemos que o conhecimento científico possui o seu próprio tempo, muitas vezes não obedece à lógica utilitária do retorno imediato. Na atual conjuntura obscurantista que vivemos, em que o anti-intelectualismo encontra terreno para grassar sem maiores constrangimentos, o ataque do governo federal à ciência, em particular às ciências sociais brasileiras, não se explica senão pelo potencial incômodo desencadeado pela crítica científica, a qual impõe a sua necessidade e atesta a sua importância na falta de um projeto nacional que tenha consciência de si e do outro, com o devido sentido histórico global e preciso diagnóstico do tempo presente.

### **Notas:**

**1** Este artigo é uma releitura de um texto escrito em dupla, por ocasião do trabalho final da disciplina “Estrutura e Mudança Social”, ofertada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, no 2º semestre de 2016, ministrada pelo professor Vladimir Puzone. Agradecemos aos pareceristas da revista, em especial, à Fernanda Xavier da Silva, que não optou pelo anonimato. Reforçamos que a responsabilidade do que está escrito, no entanto, é inteiramente nossa.

**2** Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**3** Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB).

**4** Ver: Renato Ortiz (2013).

**5** Esta questão está inspirada no artigo de Sergio Tavolaro (2005).

**6** Ver: Shmuel Noah Eisenstadt (2010).

**7** Ver: Max Weber (2010).

**8** Estas observações encontram respaldo em Octávio Ianni (1994) e Renato Ortiz (2009).

**9** Pode-se encontrar essas críticas em Sérgio Tavolaro (2014, p. 663) e Jessé Souza (2003, p. 11-12).

**10** Ver: Florestan Fernandes (1979, p.25).

**11** Florestan Fernandes (1975, p. 80).

**12** Sergio Tavolaro (2011, p. 219) lembra que essa terminologia empregada por Jessé Souza (2000) encontra paralelo nas discussões feitas anteriormente por Guerreiro Ramos, que, em seus escritos de meados do século XX, apontava para a inautenticidade como principal diagnóstico da análise sociológica da sociedade brasileira.

**13** Nota-se que a abordagem de Sérgio Tavolaro ampara-se nas observações metodológicas de Michel Foucault (2014).

**14** Penso que Sérgio Tavolaro (2014; 2017), nesse particular, acompanha e se ampara em observações sugeridas por Octávio Ianni (1994; 2013), Renato Ortiz (2009; 2012) e Elide Rugai Bastos (2011).

**15** Com alguma frequência em seus textos, Sérgio Tavolaro diz-se

amparar na obra de Gildo Brandão (2007).

16 As passagens entre aspas que se encontram a seguir, na enumeração das âncoras explicativas do quadro de referência do pensamento social brasileiro, são referências de citações diretas ao texto de Sérgio Tavolaro (2017, p. 125-128).

17 Sérgio Tavolaro (2014, p. 663) faz ressalvas ao conceito de modernidades múltiplas, salientando que, a depender do enfoque, esta modalidade de crítica ao discurso sociológico hegemônico da modernidade tenderia a reforçar uma teorização dos “desdobramentos históricos peculiares”, correndo-se o risco de endossar nacionalismos metodológicos indesejáveis.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BASTOS, Elide R. Atualidade do pensamento social brasileiro. In. Revista Sociedade e Estado, v. 26, n. 2, Maio/Agosto 2011.

BENDIX, Reinhard. Construção Nacional e Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 13ªed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BRANDÃO, Gildo. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 27ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014.



DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade. São Paulo: Atlas, 2002.

EISENSTADT, Shmuel N. (2000), “Multiple Modernities”. *Daedalus*, vol. 129, no 1, pp. 1-29.

\_\_\_\_\_. (2010), “Modernity and Modernization”. *Sociopedia.isa*, vol. 25, no 1, International Sociological Association, pp. 1-15.

FAORO, Raymundo. Donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 8ª ed., São Paulo: Globo, 1989.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ªed., São Paulo: Difel-Difusão Europeia Do Livro, 1979.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed., São Paulo: Global, 2004.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8ª ed., 2014

FURTADO, Celso. “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais” e “O modelo brasileiro de subdesenvolvimento” In: O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1974.

GIDDENS, Anthony. Capitalismo e Moderna Teoria Social. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 17ª ed., 2013.

IANNI, Octavio. “Globalização: novo paradigma das ciências sociais”, In. Estudos Avançados, vol. 21, nº 18. 1994.

KALBERG, Stephen. Max Weber: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MATTA, Roberto da. O que faz o brasil, Brasil?. 12ª ed., Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARTINS, Carlos B. O que é sociologia. 40ªed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

MILLS, C. Wright. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de, “Crítica à razão dualista”. In: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, p. 25-119.

ORTIZ, Renato. “Imagens do Brasil”. In. Revista Sociedade e Estado, vol. 28, nº 3, Set/Dez 2013

ORTIZ, Renato. “Globalização: notas sobre um debate”. In. Revista Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan/abr. 2009

ORTIZ, Renato. “As Ciências Sociais e a Diversidade dos Sotaques”, In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 78, Fevereiro, 2012.

SOUZA, Jessé. A Tolice da Inteligência Brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998, vol. 13, nº 38.

TAVOLARO, Sergio B. F. A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, Setembro de 2014.

TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 20, n. 59, p. 5-22, Outubro de 2005.

TAVOLARO, Sergio B. F. Retratos não-modelares da modernidade: Hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 115-141, Setembro-Dezembro de 2017.

WEBER, Max. Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções. In. Ensaios de Sociologia; H. H. Gerth e C. Wright Mills; 5ªed., Rio de Janeiro: LTC, 2010.